EJA: PERCEPÇÕES DOS ALUNOS ENCARCERADOS COM RELAÇÃO AO APRENDIZADO

Eja: perceptions of incarried students regarding learning

CORREA, Maria Dorothea Chagas
Faculdade Unesp / Araraquara

LIMA, Debora Christina de
Faculdade IESCAMP/Campinas

ARAÚJO, Fábia Albino de
Faculdade IESCAMP/Campinas

CRUZ, Pedro Alípio
Faculdade IESCAMP/Campinas

CABRAL, Suzane Santos
Faculdade IESCAMP/Campinas

RESUMO

O presente trabalho propõe uma nova perspectiva no que diz respeito ao sistema prisional x EJA. Apesar de todos os obstáculos que se apresentam no caminho para uma boa evolução, sempre há uma escolha. Escolher o caminho que se quer percorrer é uma ação única do homem, independente das influências que recebeu em sua infância e adolescência. Cabe à pessoa, a escolha de ser boa ou má. O ponto a ser suscitado é o motivo pelo qual o preso encontra dificuldades em iniciar ou finalizar seus estudos. Para buscar respostas, o grupo realizou um trabalho de campo, entrevistando 40 (quarenta) presos de uma unidade prisional de regime semiaberto da região de Campinas. Foram realizadas perguntas abertas buscando respostas dos entrevistados. A grande maioria dá importância alguma aos estudos; a importância só está no fato de a cada 12 horas de frequência escolar ser um dia remido de sua pena. Qual é o espelho da criança que vive de forma precária em uma comunidade que é dominada pelo narcotráfico? Só pode ser o agente criminoso. E qual é a saída para essa criança, já que todos os caminhos lhe foram cerceados?.

Palavras-Chaves: Sistema Prisional; EJA; Educação

ABSTRACT

The present work proposes a new perspective regarding the prison system x EJA. Despite all the obstacles that stand in the way of a good evolution, there is always a choice. Choosing the path one wants to follow is a unique action for man, regardless of the influences he received in his childhood and adolescence. It is up to the person, the choice of being good or bad. The point to be raised is the reason why the prisoner finds it difficult to start or finish his studies. In order to seek answers, the group carried out fieldwork, interviewing 40 (forty) prisoners from a semi-open prison unit in the region of Campinas. Open questions were asked seeking answers from respondents. The vast majority attach no importance to studies; the only importance lies in the fact that every 12 hours of school attendance is one day redeemed from his sentence. What is the mirror of the child who lives precariously in a community that is dominated by drug trafficking? It can only be the criminal agent. And what is the way out for this child, since all his paths have been cut off?

Keywords: Prison System; EJA; education

1. INTRODUÇÃO

Na maioria das vezes a falta do poder público nas comunidades, a falta de uma família equilibrada e bem estruturada, a banalização da violência pela sociedade, são fatores responsáveis por criar pessoas sem limites, sem estrutura emocional e intelectual para entender as vicissitudes negativas que acorrem em suas vidas e buscam na criminalidade uma maneira de atender as suas necessidades de consumo e de ser reconhecido no meio em que vive.

Essa falta de perspectiva de um futuro que garanta uma vida segura, a falta de limites e a falta de inteligência social, leva grande parte das crianças e adolescentes a um caminho muito perigoso, mas atraente, pois lhes dá uma sensação de poder e riqueza e essa impressão pode ser confirmada no texto publicado no site Carta Capital por Luiz Fernando Teixeira[1], onde afirma que:

> *Com muitas portas fechadas, na família, no convívio social, na escola e no mercado de trabalho, as únicas abertas são a do tráfico de drogas e a do crime, onde o jovem encontra uma possibilidade de ganho financeiro, além da sensação de respeito e poder na comunidade. (Grifo dos autores).*

As palavras “na escola” foram grifadas devido ao fato de ser um dos ambientes mais importantes na vida do ser humano, depois da família. É nesse ambiente que o ensino formal e o aprender a conviver em sociedade acontece. É o ambiente escolar que forma o indivíduo como cidadão pleno, conhecedor não só dos seus direitos, mas também dos seus deveres na sociedade. E é nessa fase que o indivíduo decide seu futuro, onde sua estrutura emocional e sua inteligência social serão desenvolvidas.

Mesmo com todos os obstáculos apresentados ao longo da vida, escolher o caminho que quer percorrer é uma ação única do indivíduo. Ninguém escolhe por ele; independe das influências que recebeu em sua infância e adolescência. A decisão é ser bom ou mau.

Segundo José Morán[2],

---

[1] Luiz Fernando Teixeira Ferreira é empresário e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT)

[2] José Manuel Morán Costas – Professor, pesquisador, conferencista e orientador de projetos de transformação de Educação com metodologias ativas e modelos híbridos. Graduado em filosofia pela

> *Cada decisão nos ajuda a avançar ou a regredir; o conjunto dos saberes, competências e escolhas contribui para tornar-nos mais livres ou mais dependentes, mais abertos ou mais fechados, mais interessantes ou mais banais. (MORÁN, 2017)*

Então, apesar de todas as dificuldades que atravessem o caminho, há sempre uma escolha. Muitos escolhem o caminho mais fácil e acabam colhendo frutos amargos, como a prisão ou o pior a morte.

Na prisão, por força da Lei, a pessoa ainda encontra oportunidades de obter conhecimento acadêmico e profissional. Em unidades prisionais são ofertados o ensino fundamental e médio, além de cursos profissionalizantes, garantidos pelo artigo 17, Seção V - Da Assistência Educacional, da Lei de Execução Penal, Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, que diz: “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”.

Com o amparo da lei, qual é a dificuldade que um aluno do sistema prisional encontra para iniciar ou terminar seus estudos e assim ter uma oportunidade de ser reintegrado à sociedade? A dificuldade está no próprio apenado ou é extrínseca a ele?

Uma das hipóteses é que, tendo adotado a criminalidade como forma de vida, onde a educação e o conhecimento não têm valor algum, frequentar os bancos escolares pode se tornar um verdadeiro entrave.

O retorno financeiro rápido que o crime oferece, além do poder que garante um “status quo” elevado dentro da comunidade, pode ser uma segunda hipótese.

Para ratificar as hipóteses foi realizada uma pesquisa de campo, durante 08 (oito) dias, contendo seis perguntas abertas. Os 40 (quarenta) entrevistados são detentos de uma unidade prisional de regime semiaberto[3], com idades entre 20 e 55 anos, localizado em Campinas – SP.

As respostas obtidas nas entrevistas, os estudos feitos e a opinião de um dos integrantes do grupo, que é agente de segurança penitenciário e conhece bem a rotina dos presos, serviram de base para alcançar o objetivo principal desse estudo que é tentar contribuir para evitar evasões dos bancos escolares por parte do

---

Faculdade Nossa Senhoria Medianeira em 1971; mestrado em 1982 e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo em 1987.

[3] Unidade prisional denominadas de colônias, podendo ser agrícolas, industriais ou estabelecimentos similares. São penitenciárias com um regime mais flexível, podendo o apenado trabalhar em empresas localizadas fora dos muros do presídio. Sistema regulamentada pela Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

aluno/preso e tentar dar um norte ao professor da EJA em como transformar esse processo de ensino/aprendizagem em algo mais atraente.

A educação de forma geral, deve ser atrativa para todos e em especial para esses alunos diferenciados, dando-lhe condições de sonhar em ter uma vida normal na sociedade e é preciso despertar neles a esperança de serem pessoas úteis e positivas.

2. UMA BREVE HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

A história mostra que o combate ao analfabetismo teve um início pífio no Brasil Imperial, onde alguns pensadores influenciados pelo iluminismo francês, começaram a preocupar-se com a situação dos brasileiros com relação à educação.

Naquela época as reformas educacionais, no sentido de valorizar a importância e a necessidade do ensino no país, tiveram como ponto de referência a educação religiosa, já que suas influências, contribuíram muito para a execução de debates com propostas educacionais, que valorizassem o ensino e também viessem a realizar algum trabalho no sentido de combater o analfabetismo.

Ficou apenas no debate. Foi um movimento que não vingou, já que havia um descaso pela educação popular, devido ao fato da sociedade brasileira, na época, ser exclusivamente agrária e assim não se exigia mão de obra qualificada; apenas os filhos dos grandes donos de terra é que tinham acesso à educação, dando ênfase à escola secundária e futuramente à formação em direito e à vida eclesiástica, tais estudos eram findados em escolas europeias.

No início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, com o surgimento de uma nova indústria, que traz consigo máquinas que mudam de forma espetacular os meios de produção, fez com que as exigências por uma mão de obra mais qualificada fossem necessárias.

Em 1940, no governo de Getúlio Vargas, os índices de analfabetismo explodem e para enfrentar esse problema e criar mão de obra qualificada o governo decide criar um fundo destinado a atender os adultos analfabetos; pode ser verificado na declaração de Cunha, 1999:

> *Com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de*

> *adultos. Porém, essa preocupação trazia pontos de vista diferentes em relação à educação de adultos, quais sejam: a valorização do domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento da ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país; a valorização da alfabetização de adultos para ampliação da base de votos.(CUNHA, 1999)*

Nota-se que a busca pelo fim do analfabetismo e de programas de popularização da educação tem um único interesse, o de atender as exigências do mercado de trabalho e atender a interesses econômicos, financeiros e políticos.

Com o fim do governo do presidente Getúlio Vargas, em 1945 um forte movimento democrático ocorre no Brasil e a busca por uma política mais humanizada, que venha a dar uma nova face ao povo surge. Isso faz com que o interesse em investir em uma educação que atenda a todos os níveis sociais e a preocupação em acabar com o analfabetismo aparece, conforme afirma Cunha:

> *Em 1945, com o final da ditadura de Vargas, iniciou-se um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país. Com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), ocorreu, então, por parte desta, a solicitação aos países integrantes (e entre eles, o Brasil) de se educar os adultos analfabetos. Devido a isso, em 1947, o governo lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. (CUNHA, 1999).*

A partir de então a corrida para erradicar o analfabetismo no Brasil realmente ocorre com uma visão diferenciada, já que até antes do desenvolvimento industrial e do surgimento de um movimento democrático pós Getúlio Vargas, o analfabeto era visto como o responsável pela precária condição educacional, como afirma Cunha:

> *Abriu-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado (CUNHA, 1999).*

Nas décadas de 1950 e 1960, vários movimentos com a intenção de popularizar a educação no Brasil e buscar diminuir o elevado índice de

analfabetismo começam a se organizar. Em 1950 vê-se o movimento de educadores progressistas da Escola Nova e em 1960 surgimento de grupos organizados com a intenção de oferecer educação à população desfavorecida, que buscava não só alfabetizar, mas dar a esses uma consciência política crítica.

Dentre esses movimentos destaca-se o Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, liderado pelo educador Paulo Freire. O governo brasileiro tinha a intenção de aplicar o método de Paulo Freire, que alfabetizava em 40 horas, por meio do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), intenção essa não realizada e totalmente esquecida em 1964.

Com a chegada dos militares no governo, em 1964, extinguiu-se o PNA e deu-se início a uma reforma educacional mais tecnicista, com o intuito de dar aos estudantes um ensino profissionalizante; para atacar o analfabetismo criaram em 1968 o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, porém só foi implementado efetivamente em 1972 em parceria com o Projeto Minerva que por meio do rádio e da televisão, com ajuda de monitores, se propunha oferecer o curso supletivo do 1º grau.

Em 1986 os militares deixam o poder político e dá-se início ao poder civil, através de eleições democráticas; mas isso não altera em muito a trágica situação do Brasil com relação ao analfabetismo. Em 1988, a aprovação da Constituição Federal trouxe algumas novidades na área da Educação como a obrigatoriedade e gratuidade do ensino já que é direito público subjetivo; essa garantia, teoricamente, transforma-se em uma luz para acabar com as trevas em que se encontrava a educação brasileira, pois obriga governadores e prefeitos a oferecer esse ensino a toda população.

A obrigatoriedade em dar à população assistência educacional, imposta pela Constituição de 1988, foi reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, determinando que o Plano Nacional de Educação esteja em concordância com a Declaração Mundial de Educação para todos. Com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino por meio da resolução CNB/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000, estabelecendo Diretrizes Curriculares Nacionais para educação de jovens e adultos.

Dos anos 1990 até aos dias atuais, muitos programas de educação, visando erradicar o analfabetismo no Brasil, foram lançados, sem muito sucesso, pois todos

eles estavam voltados para atender somente às necessidades do poder político e financeiro e também impregnados de ideologias políticas, preocupando-se mais com a formação de militantes da ideologia dominante da época do que com o desenvolvimento cognitivo e total do brasileiro.

Hoje em dia, no Brasil, segundo uma publicação no site Agência Brasil de 15 de julho de 2020, cerca de 11 milhões de brasileiros são analfabetos, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad); esses são brasileiros de 15 anos ou mais que não sabem ler e nem escrever um simples bilhete.

Para combater esse alto índice de analfabetismo, o Estado busca através do programa Educação de Jovens e Adultos - EJA, atingir todos os brasileiros. Isso se confirma com o fato do programa EJA ser encontrado dentro de unidades prisionais do país, pois é de obrigação do Estado a promover um “tratamento” penal embasado em assistências material, à saúde, jurídica, educacional, psicológica, social, religiosa, ao trabalho e a profissionalização, tudo com a intenção de reinserir o homem preso à sociedade.

Não adianta apenas ensinar as pessoas a ler sem entender, ou apenas ensinar as pessoas a desenharem seus nomes, é preciso que o Estado se preocupe em alfabetizar e dar à essas pessoas capacidade de criticidade, conforme afirma Aranha:

> *Antes de tudo, deveria ser uma educação universal, leiga, gratuita e, portanto, de competência do Estado. A educação popular seria oferecida de maneira não elitista e nela o próprio povo se tornaria sujeito do processo (ARANHA, 2006).*

2.1 A Educação no Sistema Prisional

Para construir e manter uma pessoa sadia, produtiva, evoluída e consciente de seu valor dentro da sociedade, faz-se necessário que aqueles que governam e são detentores do poder, criem e administrem políticas públicas voltadas para atender às necessidades do todo social. Não se pode permitir que haja desigualdade permeando os meandros da sociedade; caso isso ocorra, o caos, a pobreza e a ignorância se instalam e as consequências são catastróficas para o país.

A ignorância é um dos piores efeitos que a má administração pública causa em seu povo, já que devido à falta de uma educação séria voltada ao pleno

desenvolvimento do ser, transforma-o em uma marionete e acaba criando um grupo social formado por pessoas marginalizadas conforme afirma Menezes, 2019:

> *O processo de marginalização ocorre por diversos fatores e intensificam as desigualdades sociais, no entanto, vale atentar que os indivíduos que compõem o conjunto dos marginalizados não escolhem tal posição e, na maioria das vezes, sofrem hostilidades, discriminações, preconceitos e violências que causam diversos problemas à sua vida. (MENEZES, 2019).*

Esses seres marginalizados não se importam com as leis e com os costumes adotados pela sociedade, já que se encontram excluídos desse sistema de relações interpessoais. Desta forma, acabam praticando atos totalmente fora dos padrões e das leis para atender suas necessidades mais básicas e não básicas que estão fora do alcance. Para isso utilizam-se de métodos pouco ortodoxos como: assaltos à mão armada, latrocínio, tráfico de drogas, furtos. Tais métodos causam sofrimento, danos psicológicos e prejuízos financeiros às vítimas. E a consequência dessas ações violentas é a prisão ou a morte do agente ativo.

Conforme números divulgados pelo Departamento Penitenciária (Depen), em 14 de fevereiro de 2020, a população carcerária no Brasil chegou à marca de 758.767 pessoas, dados referentes a junho de 2019. No Estado de São Paulo, tem 233.755 pessoas encarceradas; cerca de 31% da população carcerária brasileira. Esses dados demonstram que oportunidades concretas a essa população, no intuito de transformá-los em pessoas ativas e transformadoras da sociedade, lhes foram negadas. Esse fato explica, mas não justifica os malefícios que esses seres encarcerados trouxeram à sociedade ou que podem ainda trazer quando de seu retorno ao convívio social.

São necessários programas de assistência visando a transformação do homem encarcerado, mostrando que ele faz parte da sociedade conforme afirma Baratta[4] (2007, p.3, apud Ipea, 2015, p. 8): “[...] processos de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão.” Essa transformação deve dar ao encarcerado esperança de se sentir útil e de ser aceito pela sociedade.

---

[4] Alessandro Baratta: nascido em Roma – Itália em 06 de outubro de 1933, falecido em Saarbücken – Alemanha em 25 de maio de 2002. Foi filósofo, sociólogo e jurista que influenciou, nas décadas de 1970 e 1990 os campos do direito e sociologia jurídica.

Para atender esse programa assistencial, o Estado garante ao internado o direito ao conhecimento e à sua evolução pessoal, garantido por programas de educação escolar reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e de programas de educação profissionalizante, com cursos na área de panificação, hidráulica, elétrica, por exemplo. Todos esses programas são garantidos pela Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) em seu Art. 17. da Seção V – Da Assistência Educacional, “A assistência educacional a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.” (BRASIL, 1984).

3. PRESOS E SUAS DIFICULDADES EDUCACIONAIS

A questão da qualidade do ensino oferecido aos reclusos, na unidade prisional escolhida, não é o cerne do presente trabalho. O ponto a ser suscitado é o motivo pelo qual o preso encontra dificuldades em iniciar ou finalizar seus estudos.

Para buscar respostas a essa pergunta, foi realizado um trabalho de campo, com o consentimento por escrito do diretor, onde quarenta presos foram entrevistados da seguinte forma:

O levantamento de dados foi realizado por meio de uma pesquisa semiestruturada; o foram feitas 06 (seis) perguntas abertas a 40 (quarenta) presos, sendo 05 (cinco) presos por dia, durante, em média, 40 (quarenta) minutos cada entrevista. A pequena quantidade de presos foi devido às condições precárias de segurança da unidade.

Após a devolução dos questionários e a leitura minuciosa de cada um, os resultados foram tabulados da seguinte forma:

Pergunta número 1:

Qual sua idade?

Com a primeira pergunta respondida, verificou-se que a idade dos encarcerados está cada vez menor. Essa informação está de acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que publicou em seu site no dia 08 de dezembro de 2017, informações geradas pela Infopen que “O universo total de presos no Brasil, 55% tem entre 18 e 29 anos” (BRASILIA, 2017), conforme tabela 1:

Tabela 1

Idade	Percentagem
20 a 30 anos	65% (26 presos)
31 a 40 anos	25% (10 presos)
41 a 55 anos	10% (4 presos)

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Esses dados são altamente alarmantes, pois a grande maioria das pessoas encarceradas está em sua melhor forma física e mental, deixando de ser produtivas para si e para toda a sociedade. Mãos de obra subvalorizadas, autoestima baixa e transformando-se e um fardo enorme e desagradável para o Estado e para a sociedade.

Pergunta número 2:

Qual seu grau de estudo?

Com relação ao grau de estudo, destaca-se o elevado número de presos que não conseguiu alcançar o Ensino Médio, conforme Tabela 2:

Tabela 2

Ensino Fundamental	Percentagem
Fundamental I	37,5% (15 presos)
Fundamental II	45% (18 presos)

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Dos 14 presos do Ensino Fundamental I, 9 deles não findaram o 4º ano e 5 não findaram o 5º ano. Dos 18 presos que cursaram o Fundamental II, 10 não passaram do 7º ano, e 8 presos não findaram o 9º ano.

Com relação ao Ensino Médio, a tendência de haver uma quantidade percentual baixa permanece, conforme Tabela 3:

Tabela 3

Ensino Médio	Percentagem
Médio Incompleto	5% (2 presos)
Médio Completo	7,5% (3 presos)

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

A propensão de encontrar uma quantidade menor de presos cursando graus cada vez mais elevados nas escolas é mantida; isso porque dos 40 presos entrevistados apenas 2 chegaram a frequentar os bancos universitários. Um parou seu curso de Engenharia Elétrica no 2º ano. O segundo findou seu curso em Administração de Empresas.

Pergunta número 3.

O que o levou a abandonar os estudos?

A pergunta de número 3 demonstra que a grande maioria dos presos abandonou os bancos escolares devido à delinquência e a minoria abandonou os estudos por fatores inesperados ocorridos em suas vidas conforme apresenta Tabela 4:

Tabela 4

Motivo pelo abandono	Percentagem
Delinquência	87,5% (35 presos)
Outros motivos	12,5% (5 presos)

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

A tabela 4 informa que 87,5% dos presos, ou 35 presos, declararam que o abandono dos bancos escolares se deu devido à delinquência. As práticas delituosas eram as únicas que lhes garantiam, dinheiro, tênis de marca, relógios, motos, carros, comida, notoriedade e aceitação ao grupo social que frequentam.

Os outros cinco presos restantes, que representam 12,5%, vieram abandonar os estudos por uma infeliz “jogada da vida”, como por exemplo, o caso do preso formado em Administração de Empresas. Seu nome foi vinculado à empresas fantasmas, mesmo alegando ignorância, com relação ao delito, foi preso acusado de estelionato e condenado.

Pergunta número 4.

Buscou iniciar ou terminar seus estudos na prisão? Se não, por quê?

Esta pergunta dá ao leitor uma ideia de como os presos priorizam os estudos. A Tabela 5 expõe essa prioridade:

Tabela 5

Estudar no sistema prisional	Percentagem
Não estudar	70% (28 presos)
Estudar	25% (10 presos)
Estudar na rua	5% (2 presos)

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

A questão dá a informação de que 70% dos entrevistados, ou seja, 28 presos, responderam que não estudaram na prisão por falta de interesse pelos estudos ou devido às poucas vagas existentes na escola.

Já 25% dos presos, ou seja, 10 presos, responderam que apesar de todas as dificuldades que encontram na prisão estão estudando, tendo como intenção a redução da pena.

Os dois presos que estudaram após a liberdade, o que significa 5% dos entrevistados, são: o que tem formação universitária, que declarou sua pretensão de se graduar em direito; e o que não terminou o ensino superior; esse proferiu sua intenção de findar seus estudos.

Pergunta número 5.

Pretende voltar a estudar após obter a liberdade?

Com as respostas, observa-se, conforme Tabela 6, que a tendência da questão anterior é mantida:

Tabela 6

Voltar a estudar após a liberdade	Percentagem
Não pretende	70% (28 presos)
Pretende	30% (12 presos)

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Como se vê, 70% dos presos ou 28 presos entrevistados, não pretendem voltar a estudar, já que acreditam que a criminalidade é muito mais compensatória e que para eles não há motivos para mudar o rumo de suas vidas.

Os outros 12 presos, o que corresponde a 30% dos entrevistados garantiram que voltarão aos bancos escolares assim que estiverem libertos, para assim aspirarem por uma vida melhor.

Pergunta número 6.

O estudo é importante para as pessoas? Por quê?

A resposta a essa pergunta é surpreendente e gerou uma incoerência com relação às perguntas 4 e 5, conforme Tabela 7:

Tabela 7

Importância dos estudos	Percentagem
É importante	100% (40 pessoas)

Fonte: Coleta de dados da pesquisa

Todos os 40 entrevistados responderam que o estudo é importante para as pessoas, pelo fato de abrir portas para uma vida mais tranquila financeiramente, evitando assim, a entrada da pessoa no mundo do crime.

A grande incoerência surge quando se compara com as perguntas 4 e 5, onde a grande maioria dos presos entrevistados, 70% (28 presos) não estudam ou querem estudar e os outros 30% (12 presos) dos entrevistados relataram a intenção de estudarem após obterem a liberdade.

4. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho, foi o de suscitar hipóteses que fazem com que um homem encarcerado não dê continuidade ou não finda seus estudos durante seu período de aprisionamento.

Para tanto, 40 (quarenta) presos de uma unidade prisional de regime semiaberto, responderam um questionário contendo 06 (seis) perguntas que buscaram extrair deles respostas sinceras e que viessem dar base sólida para responder à questão acima descrita. Em uma primeira parte deste trabalho, a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi relatada desde a sua trajetória do país colonial até os dias de hoje. Na segunda parte, realizou-se comentários a respeito da Educação no Sistema Prisional; e por fim, na terceira e última etapa a análise dos dados coletados das entrevistas.

Após estudar as respostas obtidas, concluiu-se que as dificuldades que os presos encontram para estudar durante seu período de aprisionamento,

infelizmente, estão ligadas a eles. Por mais que o professor da EJA faça para chamar a atenção, para o preso, naquele exato momento, os estudos não têm importância alguma. Para endossar essa afirmação, houve uma resposta dada por um dos entrevistados que afirma: “o crime está no meu sangue, senhor, nunca deixarei essa vida; só quando morrer”[5].

Chega-se à conclusão de que, a grande maioria dos apenados não dão importância alguma aos estudos; a importância só está no fato de que a cada 12 horas de frequência escolar ele terá um dia remido de sua pena, conforme reza o Item 1, do § 1º, do Art. 126, da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

O apenado, é fruto de um sistema terrível, que para manter seu poder e seu domínio, não tem escrúpulos algum em lançar toda uma sociedade ao caos, à pobreza, à ignorância. Utiliza para isso, toda uma estrutura midiática que massivamente bombardeia a mente dos mais incautos com notícias falaciosas e transformam a criminalidade, a brutalidade, a fome, o desrespeito, a imoralidade em algo banal e normal. Esse sistema, além de ser perverso é inconstitucional, já que o art. 227 da Constituição Federal de 1988 diz:

> *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitário, além de colocá-los à salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração e opressão. (BRASIL, 1988, P. 148)*

O que se vê é que todas essas garantias são negligenciadas pelo Estado, pela sociedade e pela própria família. Qual é o espelho da criança que vive de forma precária em uma comunidade que é dominada pelo narcotráfico, só pode ser o agente criminoso e qual a saída para essa criança? É entrar para o mundo do crime, já que todos os caminhos lhes foram cerceados e a ele é dada uma vida renegada de carinho, amor, de imposição de limites, de uma educação sadia, de uma estrutura familiar sólida e boa.

---

[5] O relato faz parte de uma das respostas dada por um preso, sua idade 20 anos. Segundo o entrevistador, demonstrou pouca empatia social e desprezo pelas autoridades. O entrevistador, que é agente de segurança penitenciária, relata que tais respostas e atitudes negativas está cada vez mais comum na população carcerária.

Referências Bibliográficas

ADRIELE OLIVEIRA (Brasil). E+B Educação (ed.). **Tudo sobre EJA:** o que é e como funciona? 2018. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-eja-o-que-e-e-como-funciona. Acesso em: 26 out. 2020.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna Ltda., 2010. 327 p.

BÍBLIA, A.T. Eclesiastes, *In:* BÍBLIA. **Bíblia Sagrada:** Nova Versão Internacional, Tradução: Comissão de Tradução da Sociedade Bíblica Internacional. 1. Ed. São Paulo: Geográfica Editora, 2001. 1.555 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **EJA**: Comissão debate novos rumos do programa Brasil Alfabetizado. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/204-10899842/40401-comissao-debate-novos-rumos-do-programa-brasil-alfabetizado. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. **Lei de Execução Penal**, Brasília: Presidência da República, ano 1984, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

COSTAS, José Manuel Morán (ed.). **Educando para uma vida mais plena**. 2017. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/04/educando_vida.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999. 97 p.

ISABELA SOUZA (Brasil). Politize (ed.). **Educação nas prisões**. 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/educacao-nas-prisoes. Acesso em: 06 set. 2020.

TEIXEIRA, Luiz Fernando (ed.). **Baixa Educação, alta criminalidade**. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/baixa-educacao-alta-criminalidade. Acesso em: 25 out. 2020.

Rio de Janeiro: Agência Brasil (ed.). **Taxa cai levemente, mas Brasil ainda tem 11 milhões de analfabetos**. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticias/202-07/taxa-cai-levemente-mas-Brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos. Acesso em: 27 out. 2020.

Pequeno Histórico de cada um dos componentes:

Maria Dorothea Chagas Correa

Pedagoga, psicopedagoga, mestre em educação pela UNISAL/ Americana, doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP / Araraquara. Professora de pós graduação na Faculdade Iescamp/Campinas e Unimax/ Indaiatuba. dorothea.chagas@gmail.com

Pedro Alípio Cruz

Pedagogo pela Anhanguera/Campinas, pós graduando em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade IESCAMP/Campinas. Funcionário público estadual, Secretária da Administração Penitenciária de São Paulo / Agente de Segurança Penitenciário. Alipio64@gmail.com

Debora Christina de Lima

Pós graduanda em Psicopedagogia clínica e institucional pela IESCAMP/ Campinas debirahlima039@gmail.com

Fábia Albino de Araújo

Pós graduanda em Psicopedagogia clínica e institucional pela IESCAMP/ Campinas fofucharaujo@gmail.com

Suzane Santos Cabral

Pós graduanda em Psicopedagogia clínica e institucional pela IESCAMP/ Campinas /psicóloga /suzanecabral@gmail.com